

TAUTOLOGIA E RETÓRICA MESSIÂNICA DA “TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA” NA “NOVA EXTENSÃO RURAL”

Cleyton Henrique Gerhardt¹

Resumo

A partir de 2003, juntamente com algumas ONGs e sindicatos e associações de agricultores, instituições encarregados de pensar e propor ações de extensão rural no Brasil iniciaram um intenso processo de discussão e debate que levou a aprovação, em 2004, da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Tomando esta última como objeto de análise, o artigo discute implicações interpretativas, ambiguidades discursivas e paradoxos narrativos contidos neste documento e em publicações que seguem orientação semelhante. A partir deste material, descreve-se um padrão discursivo baseado num sistema classificatório dual que ofusca a pluralidade de pontos de vista existentes no campo de debate sobre extensão rural. Em seguida aborda-se as implicações da retórica da “Nova Ater” feita a partir da purificação e descolamento de uma imaginada “Antiga Ater”, levando a um padrão argumentativo circular. Por fim, trata-se o caráter messiânico subjacente à ideia de “transição agroecológica”.

Palavras- chave: Agroecologia, Extensão Rural, Messianismo.

¹ Cientista Social. Graduado em Agronomia (UFRGS). Mestre em Desenvolvimento Rural (PDGR/UFRGS). Doutor em Ciências Sociais Aplicadas ao Mundo Rural (CPDA/UFRRJ). Prof. Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: cleytonge@gmail.com

TAUTOLOGY AND MESSIANIC RETHORIC OF THE "AGROECOLOGICAL TRANSITION" OF THE "NEW RURAL EXTENSION"

Abstract

Since 2003, together with some ONGs, trade unions and farmer's association, institutions responsible for thinking and proposal rural extension actions in Brazil, begun an intense process os discussion who lended into the approval, in 2004, of the National Policy on Technical Assistance and Rural Extension. Taking this politic such an analysis object, this paper tries to discuss some of the interpretative implications, and narrative paradoxes enclosed in this document and other publications with a similar orientation. Based in this material, this paper shows a discursive pattern based in a dual- limited classification system, which outshine the existent plurality of points of view in the discussion about rural extension. Forthwith this paper approach the construction of the rethoric New TARE, done from the purification and detachment from this one in relation with an imagined "Old TARE", concluding in an auto-explicative argumentation pattern. Finally, I describe the messianic character implied in the idea of the "agroecological transition".

Key-words: Agroecologie, Rural Extension, Mesianism.

1. INTRODUÇÃO²

O ambiente reflexivo que marcou o "repensar" da extensão rural nos anos 1980 deu lugar, nos 1990, a críticas explícitas baseadas em experiências concretas, passando-se à elaboração de práticas e normativas aplicáveis e replicáveis em distintas realidades rurais. Mas, se após este período seus promotores foram ocupando espaço dentro de órgãos de extensão, só em 2003, após a eleição presidencial que levou o Partido dos Trabalhadores ao poder, é que tais iniciativas foram incorporadas ao discurso oficial, sendo a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER, 2004) a coroação mais emblemática desse processo. Após 20 anos, por fim se tinha uma proposta institucional cujo alcance poderia levar a alterações importantes, mas não alinhadas ao que até então tinha sido proposto em termos de políticas de extensão e desenvolvimento rural.

Tendo em conta que as diretrizes da PNATER adquiriram, por alguns anos, status de política oficial, tomo esta mesma política como objeto de análise, bem como seus objetivos e diretrizes (com ênfase no "enfoque agroecológico"). Recorro ainda a textos que apoiaram sua redação ou que, após sua divulgação, citam a PNATER para referendar uma dada visão sobre políticas de extensão. Busco com isso mostrar como a operacionalização de propostas normativas bem intencionadas pode trazer armadilhas não tão augustas assim. Discuto ainda, a partir do tipo de linguagem adotada, implicações interpretativas e paradoxos narrativos contidos em textos sobre a "Nova Ater". Em suma, trata-se de uma reflexão sobre o que se fala sobre extensão visando explicitar contradições por trás da construção de uma gramática normativa específica.

Porém, como já se vão cinco anos desde sua primeira versão, o texto está datado em relação a um período que vai de 2003 a 2009, quando se dá a elaboração e tentativa de execução da PNATER. De lá para cá (hiato que não abordarei) o contexto político, os personagens em órgãos oficiais e a atuação de agências de extensão se modificou sobremaneira. A começar pelo fato de parte de suas diretrizes originais ter sido retirada, alterada ou distorcida com a publicação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária - "Lei de Ater" (BRASIL, 2010) - e, em 2013,

² Este texto tem, como qualquer outro, sua história. Embora já tivesse escrito sobre extensão rural (GERHARDT e ALMEIDA, 1999), meu contato com este tema sempre foi tangencial. Porém, em 2009, ao me candidatar a uma vaga para professor no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) da UFSM, fui levado a mergulhar no universo discursivo relativo às políticas de extensão e seus desdobramentos. O que segue, portanto, pode ser lido como a racionalização deste mergulho temático.

com a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER. Não por acaso, como notou Caporal (2011), suprimiu-se na Lei de Ater o termo "agricultura agroecológica", substituído pela expressão despolitizante e neutra "produção sustentável". Também a grande autonomia dada na Lei de Ater a executores de projetos de extensão - ampliada pela contratação, sem licitação, de serviços de forma contínua - faz com que muito do que consta na PNATER seja adaptado conforme interesses particulares, por vezes seguindo um viés (e eis um tema a ser investigado) que vai no sentido inverso ou tem efeito contrário a proposta inicial.

Neste caso, é preciso ter em conta o duplo revigoramento neodesenvolvimentista e neoextrativista em vigor no país (MILANEZ; SANTOS, 2013), o qual repercute nas políticas de extensão. Ao contrário do que propunha a PNATER e em sintonia com tal conjuntura (cujo otimismo lembra o ufanismo do discurso oficial nos anos 1970), tanto a Lei de Ater como a Anater indica a consolidação de uma visão voltada para o aumento da extração de matéria-prima, produção de *commodities* agrícolas e introdução de inovações tecnológicas. Exemplo disso é que, na retórica atual sobre extensão rural, vê-se a reedição da figura do "pequeno empresário rural" como tipo ideal (NEVES, 1987), espécie de sonho de consumo de integrantes do MDA, Emater, secretarias estaduais e municipais de agricultura, pesquisadores da Embrapa, universidades e demais instituições de pesquisa e extensionistas que trabalham diretamente com agricultores.

Neste início de milênio, não deixa de parecer anacrônico a criação de agências e políticas que contribuem para homogeneizar e reduzir a imensa diversidade sociocultural rural do país a esta figura arquetípica. Olvida-se, outra vez, que se está diante de pessoas que são mais do que "produtores", "agentes econômicos" ou potenciais "micro-empresendedores rurais", pois integram grupos sociais com demandas específicas, trajetórias de vida próprias e que vivem em contextos culturais e ecológicos singulares. Sem falar aqueles que vivem situações violência devido à ação

de grileiros, empresas agropecuárias, mineradoras, empreiteiras cujo objetivo visa apenas acumular capital e ampliar a exploração, expropriação e controle sobre territórios e seus recursos.

O texto divide-se em três partes. Na primeira descrevo como, no material analisado, há um padrão discursivo ligado a um sistema classificatório dual que ofusca a diversidade de pontos de vista sobre extensão rural. Nele, constrói-se uma visão geral negativa para, por contraste, propor outro cenário intrinsecamente positivo e benéfico. A seguir discorro sobre a retórica da "Nova Ater" e sua purificação em relação a uma "Antiga Ater", levando a uma argumentação auto-

explicativa. Já o último item trata do caráter messiânico por trás da ideia de “conversão agroecológica” e do risco - subjacente a operacionalização, via política pública, de um “enfoque agroecológico” de via única (dita “científica”) - de se reforçar assimetrias de poder entre técnicos e agricultores.

2. DA CONSTRUÇÃO DO “INIMIGO” AO SISTEMA CLASSIFICATÓRIO DUALISTA

Um aspecto se sobressai nos textos escritos sobre Ater de 2003 até 2009: o tom reprovador ao trabalho pretérito de agências de extensão. Tal expediente se dá de forma explícita - em tópicos como “Breve histórico da extensão rural no Brasil” (SOUZA, 2005) - ou diluído no texto. Na PNATER ambos ocorrem. Além do item “Antecedentes históricos” (BRASIL, 2004), são recorrentes alusões negativas ao passado da extensão rural como meio de distingui-lo do que se define como “Nova Ater”, a qual surge como opção às incorreções cometidas, por inferência, pela ultrapassada “Velha Ater”.

Tal reconstrução histórica - isto é, a presentificação seletiva de um contexto anterior em que se escolhe o modo, com que objetivo e o que vai ser contado - remete à crítica ao “modelo de agricultura”, “padrão de desenvolvimento rural” e atuação dos extensionistas (metodologias de trabalho, tipo de público, priorização de atividades etc.) adotados a partir dos anos 1970. De fato, publicações sobre extensão são fartas em citações sobre efeitos da “revolução verde”, “agricultura moderna”, “desenvolvimentismo”, “pacotes tecnológicos”, “agricultura convencional”, “visão produtivista” e “abordagens *top-down*”. Como ilustra a PNATER, tais expressões representam (para técnicos, pesquisadores e burocratas) verdadeiros pecados cometidos por sucessivos governos, organismos multilaterais e entidades encarregadas de propor e executar políticas para o campo, sendo que, entre os pecadores, destacam-se as agências de extensão rural pública - como a antiga Embrater e Emater -, além, claro, dos seus próprios extensionistas.

A ojeriza ao que representam fica clara em adjetivações como: “efeitos **perversos** da modernização”, “efeitos **deletérios** dos modelos convencionais”, “resultados **nefastos** da revolução verde”, “**graves falhas** das práticas difusionistas”, “consequências **prejudiciais** do padrão convencional”, “caráter **nocivo** da agricultura produtivista”, “adoção de metodologias **domesticadoras**” e “práticas de intervenção

autoritárias", "efeitos **trágicos** das políticas desenvolvimentistas"³ (expressões retiradas de GERHARDT e ALMEIDA, 1999; SOUZA, 2005; CAPORAL, 2008 e 2003; CAPORAL e COSTABEBER, 2003; e CAPORAL e RAMOS, 2006). Em suma, ao falar sobre extensão hoje é preciso antes apontar "**erros** do serviço de extensão rural no Brasil cometidos ao longo de sua existência" (SOUZA, 2005, p.70), sendo a escrita próxima ao modo como os próprios extensionistas atuam numa dada localidade: partem de uma avaliação histórica das práticas adotadas, do "diagnóstico" dos problemas atuais (que depois se tornam "desafios") para então pensar e propor soluções⁴. Tal padrão discursivo possibilita visualizar o que deveria ser combatido. Ramos e Caporal (2006, p.4), por exemplo, ao criticar a "**modernização conservadora**", acusam "**esse modelo** que norteou a ação extensionista" de "**responsável** pela concentração da terra, êxodo rural, baixa escolaridade no campo, redução da biodiversidade, poluição, contaminação dos alimentos, exclusão social, desvalorização do trabalho na agricultura, empobrecimento no meio rural, entre outros **problemas**". Já Caporal (2008, p.895) afirma: "a **opção ecotecnocrática** (...) não conseguiu superar os **malefícios** sociais, ambientais, econômicos, culturais e políticos engendrados pela **modernização conservadora** baseada nos **pacotes da Revolução Verde**". Obviamente, não pretendo refutar tais avaliações, tampouco por em dúvida que políticas agrárias e agrícolas acarretaram, nos últimos 40 anos, sérias consequências sociais e ecológicas ou que agências de extensão e extensionistas não tiveram papel neste processo. Como será visto, a questão não está em visualizar tais "efeitos", mas no que se faz com eles ao gerar um discurso igualmente salvacionista.

Das avaliações sobre o passado da extensão geram-se duas entidades demiurgas opostas: o mal ("agricultura convencional", "pacotes tecnológicos" etc.) responsável por malefícios perversos, trágicos, graves, nocivos, deletérios, domesticadores, prejudiciais, nefastos e autoritários; e o bem, encarnado na santificada "Nova Ater". Mesmo ao se reconhecer eventuais méritos da "modernização conservadora" (ganhos em eficiência, produtividade, competitividade, cumprimento das clássicas "funções da agricultura"⁵ etc.), estes servem para diminuir, por contraste em relação aos prejuízos causados, sua própria importância relativa. É assim que procede Souza (2005, p.70)

³ Usarei **negrito** para destacar termos-chave contidos em frases e expressões. Já aspas se referem a categorias nativas ou para realçar termos dos quais desejo me distanciar.

⁴ É o caso de Souza (2006), cujo artigo se propõe a avaliar ações de órgãos de ATER nordestinos e tem o título "A extensão oficial no Brasil: uma avaliação diagnóstica".

⁵A saber: fornecer mão de obra barata para a indústria; gerar oferta de alimentos a preços módicos; suprir matérias-primas para indústrias; equilibrar a balança comercial; consumir produtos intermediários da indústria.

que, inicialmente, reconhece: “não há dúvidas quanto à importância dessas alterações [na agricultura] e seus efeitos positivos sobre a economia brasileira. A modernização por que passou a agricultura possibilitou aumento de produtividade, contribuiu para maior inserção dos produtos brasileiros no mercado internacional”; mas, logo no parágrafo seguinte conclui:

Por outro lado, não podem ser dissociadas desse processo várias **consequências graves** para a sociedade brasileira (...): acelerado êxodo rural, concentração de terras e renda, degradação ambiental, violência no campo e na cidade (...). Várias análises demonstram que os **custos sociais** citados decorrem, principalmente, da forma como foi conduzido o **processo de modernização da agricultura** brasileira, no qual **tomou parte a extensão rural** (SOUZA, 2005, p.70).

Ao trazer uma tese possível (efeitos positivos da modernização da agricultura) visando destruí-la em seguida (pois a mesma trouxe “consequências graves” e “custos sociais”), constrói-se a imagem de uma extensão que compactuou com um “modelo” responsável por infortúnios ao campo, podendo-se então fixar o que deve ser rejeitado. Tal procedimento encontra-se também na PNATER, onde lê-se: “as crises econômica e socioambiental, geradas pelos **estilos convencionais** de desenvolvimento, recomendam uma clara ruptura com o **modelo extensionista** baseado na **Teoria da Difusão** de Inovações e nos tradicionais **pacotes da ‘Revolução Verde’**” (BRASIL, 2004, p.5).

A recorrência deste tipo de argumentação foi gerando um senso comum entre técnicos e especialistas: a “Antiga Ater” seria parte causadora destes custos, consequências e crises. Embora a constatação possa parecer banal ao leitor informado, é justamente o efeito persuasivo desta banalidade sobre quem trabalha com extensão que faz com que uma mensagem lhe passe despercebida: cria-se, a partir da construção de um cenário ignóbil, uma sensibilidade e um estado cognitivo propício para que um sistema de pensamento coerente se apresente, se não como incontestável, ao menos como desejável e necessário. Em suma, é-se levado a ansiar por um salvador, um rumo, diretriz, orientação que se contraponha ao mal cometido.

Diesel *et. al.* (2007, p.2) perceberam tal artifício contrastivo (bem-mal) presente no “debate participativo” que resultou na PNATER: “nos textos de apoio à apresentação da Política Nacional

recorre-se a estratégia didática de **contraposição** desta com as orientações dominantes no **período anterior** (a 'Extensão Rural Agroecológica' versus 'Extensão Rural Convencional)'). Referindo-se a PNATER, os autores propõem um quadro onde dispõem lado a lado estas duas "extensões" e afirmam: "as mudanças de orientação ficam bem evidentes quando se examina a contraposição das características do '**velho**' e do '**novo**' modelo de ATER" (*ibidem*, p.3). Mas, além disso, o que o texto identifica como "estratégia didática" vincula-se a um caráter básico da PNATER e textos de apoio: ambos possuem um padrão argumentativo dual. Toda proposição traz um sistema binário de pensamento: período anterior/período posterior; velho modelo/novo modelo; extensão convencional/extensão agroecológica. Ou seja, mais do que estratégia didática, a "contraposição" é parte constituinte do modo de argumentação.

Mesmo autores críticos à PNATER recorrem ao passado visando contrastá-lo com o presente a partir de análises polarizadas. É o caso de Fiúza *et. al.* (2007), que, no circuito de publicações sobre Ater, estão entre as vozes dissonantes em relação à "mudança de orientação". No artigo "A politização da agroecologia: uma reflexão crítica", também há um item retrospectivo: "A crise do modelo agrícola produtivista e a extensão rural de caráter difusionista", no qual se faz "uma historicização da crise do modelo difusionista de Extensão Rural" (*ibidem*, p.24). Mas o texto pretende de fato criticar a "mudança de orientação de um modelo produtivista de intervenção para outro agroecológico". E, para "desconstruir" o "modelo agroecológico", evocam o "modelo produtivista", enaltecendo-o ao criticar sua "generalização": "não necessariamente a agricultura produtivista é sinônimo de destruição da natureza (...); nem, entretanto, a agroecologia é sinônimo de segurança alimentar". Também aqui se vê o padrão argumentativo binário: "agricultura agroecológica" x "agricultura produtivista"; e, tal como na PNATER, ao restringir o discurso às duas "agriculturas", nada resta fora deste campo de possibilidades, limitando-se o debate à defesa/ataque de uma ou outra.

Sobre o artigo de Fiúza *et. al.* (2007), o argumento sobre a suposta incapacidade de agricultura "de base agroecológica" garantir segurança alimenta parece ser, no mínimo, ingênuo, visto que produzir alimentos está intimamente ligado a opções políticas que, por sua vez, implicam elaboração de políticas agrícolas/agrárias específicas. Exemplo: se nos anos 1970 todo o crédito, pesquisa e extensão rural

tivesse sido direcionado para este tipo de agricultura, como seria hoje a “eficiência” da agricultura “não-convençãoal” em termos de rendimento, produtividade etc.? Já em relação à afirmação de que a técnica “não decorre de uma conformação pela disputa de poder e riqueza dentro da sociedade” (*ibidem*, p.25), ora, como desconsiderar o contexto de “poder e riqueza” em que técnicas são produzidas? Afinal, quem financia a pesquisa agropecuária, de onde vêm os cientistas que a produzem, quais as demandas das agências governamentais e o grau de interferência de empresas privadas?

Adiante o artigo assume ainda um tom voluntarista ao se referir à “responsabilidade dos cientistas sobre as técnicas e tecnologias que produzem”. Como se estes tivessem o dom iluminado de “vislumbrar as possíveis consequências de seus experimentos” e prever todos “os riscos sociais de seus inventos” (*op. cit.*, p.28). Ao invés de uma consciência invisível a orientar a ação de cientistas, a precaução passa pela criação de mecanismos de controle social, democratização do acesso e regulação da produção científica feita, sim, a partir de avaliações éticas e políticas. Tal debate extrapola a esfera da responsabilidade pessoal do cientista e adentra no campo dos valores em disputa numa dada sociedade; valores construídos histórica e coletivamente a partir de lutas concretas protagonizadas por sujeitos reais (portanto, que envolvem o jogo por “poder e riqueza”).

Voltando ao padrão dual, vimos que, antes de propor soluções, primeiro se diagnostica erros cometidos por quem planeja e põe em prática políticas de Ater. Como resultado, fixa-se a comparação entre uma situação anterior, **concreta** e indesejável contrastada com outra situação futura, **idealizada** e a ser alcançada num tempo vindouro, sendo que, no meio (o presente), recorre-se a ideia de uma **passagem**, interregno vivido entre um antes e um depois que, por sua vez, faz sentido e sensibiliza um seletor público destinatário da referida mensagem salvadora. Como veremos, esta espécie de cruzada utópica a apontar no horizonte um mundo (ou ao menos uma agricultura) melhor está na base do caráter messiânico contido na ideia de “transição agroecológica”.

Críticas condenatórias à revolução verde, difusionismo e agricultura convencional servem para conjurar e expurgar o que se quer reprovar, sendo que, após reconhecer o que seriam “erros” em termos de ações, diretrizes, abordagens e metodologias, é preciso indicar outro “rumo” a ser seguido. Daí a prática comum de primeiro discorrer sobre políticas ineficientes, metodologias inapropriadas, estratégias ineficazes, diretrizes inadequadas para, depois, oferecer o que se julga ser a “solução” (adequada, desejável, correta). Esta busca por dizer o que seria eficiente e eficaz se expressa no uso corrente da expressão

"sucesso da Nova ATER", o que leva à necessidade de propor "indicadores" para medir este "sucesso" (CAPORAL e RAMOS, 2006).

Ocorre que tais indicadores excluem justamente a possibilidade do "insucesso". Como esta não é uma alternativa, trata-se apenas de medir quanto bem-sucedida seria a "Nova Ater", o que, curiosamente, aproxima seus

defensores dos que estiveram por trás das políticas de extensão nos anos 1970: para ambos o fracasso não é opção. Ademais, como os difusionistas de então, muitos agroecólogos, além de compartilhar "o objetivo de promover a melhoria das condições de vida da população rural" (BRASIL, 2004, p.4), comungam uma mesma crença: de que estavam/estão no rumo certo, ou seja, a despeito dos anos que os separam, o peso de suas certezas quanto ao teor de sua "missão" os aproxima. O resultado da primeira doutrina já foi descrito, quicá o da segunda, caso se efetive, venha a ser daqui alguns anos por outro repensar da extensão.

3. SETE MANDAMENTOS: SER PARTICIPATIVO, MULTIDISCIPLINAR, DIALÓGICO, CONSTRUTIVISTA, HOLÍSTICO, SISTÊMICO, DEMOCRÁTICO E AGROECOLÓGICO

Mas como se dá o funcionamento de esquemas argumentativos dicotômicos baseados no contraste negativo-positivo? Como se estrutura e a partir de quais categorias? Tomemos um fragmento de Caporal e Ramos (2006, p.3): "a **nova orientação** opõe-se à prática histórica da Extensão Rural (...) baseada na **teoria da difusão de inovações** (...) tendo como objetivo a '**modernização conservadora**' da agricultura". Outra vez define-se o mal ("modernização", "difusão") antes de propor a solução (a "nova orientação"). E quais as "bases conceituais da nova orientação"? As ditadas na PNATER nos itens "Princípios e Diretrizes" e "Orientações Metodológicas", onde lê-se:

A nova Ater pública deve atuar adotando um **enfoque holístico** (...), **abordagem sistêmica** (...), **abordagem multidisciplinar** e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos **enfoques** metodológicos **participativos** e um **paradigma** tecnológico baseado nos princípios **da Agroecologia**" (...); a intervenção dos agentes de Ater deve ocorrer de forma **democrática**, adotando **metodologias participativas**", sendo "a intervenção dos agentes de Ater (...) exercida

mediante uma **relação dialética e dialógica** com os agricultores (BRASIL, 2004).

Tanto na PNATER, textos de apoio e outros que a citam depois de publicada há uma circularidade discursiva. Isto ocorre a partir de uma argumentação tautológica (ver adiante) e com base na invenção de um sistema de oposições binárias simplificadoras. Assim, ao conjunto (positivo) "paradigma agroecológico", "metodologias participativas", "intervenção democrática", "conhecimento multidisciplinar", "enfoque holístico", "relação dialógica", "pedagogia construtivista", se opõe outro conjunto (negativo) composto pelo "padrão convencional", "abordagem difusionista", "intervenção autoritária", "enfoque cartesiano", "prática paternalista", "pedagogia tradicional", "saber disciplinar".

Estes dos conjuntos de significantes estruturam a matriz simbólica de um sistema de pensamento/ação. Se o primeiro indica os alicerces epistemológicos, metodológicos, empíricos e pedagógicos da "Nova Ater", ele só faz sentido contraposto ao outro grupo, pois, para se sustentar, precisa estar a ele referido. Dessa matriz bipolar fixa-se um conjunto de ideias-força objetivado na forma de sete mandamentos (as virtudes): ser agroecológico, participativo, democrático, multidisciplinar, construtivista, holístico e dialógico. Em oposição a tais "diretrizes" está o outro conjunto (os pecados), sendo que juntos ambos se integram num universo dual separado por dois mundos (-/+) invertidos.

Tal sistema de oposições fixa princípios de visão/divisão do mundo (BOURDIEU, 1989) que delimita, cognitiva e emocionalmente, o que pode ou não ser almejado, observado, planejado e executado. Da mesma forma, ideias e práticas que visem modificar este mesmo mundo (no caso, rural) acham-se presos a esta polarização. Mas se "contra o mal extraordinário o poder se levanta, inventa novas engrenagens, compartimenta, imobiliza, quadricula", tal fechamento epistêmico constrói uma "sociedade perfeita [que] impõe um funcionamento ideal, mas que no final se reduz, como o mal que combate, ao dualismo simples vida-morte" (FOUCAULT, 2009, p.194).

Tabela 1 - Sistema de classificação bipolar contido na PNATER

Sinal Positivo (+)		Sinal Negativo (-)
Paradigma agroecológico	X	Padrão convencional
Metodologia participativa	X	Abordagem difusionista
Enfoque holístico	X	Enfoque cartesiano
Intervenção democrática	X	Intervenção autoritária
Pedagogia construtivista	X	Pedagogia tradicional
Conhecimento multidisciplinar		X Saber disciplinar
Relação dialógica	X	Prática paternalista

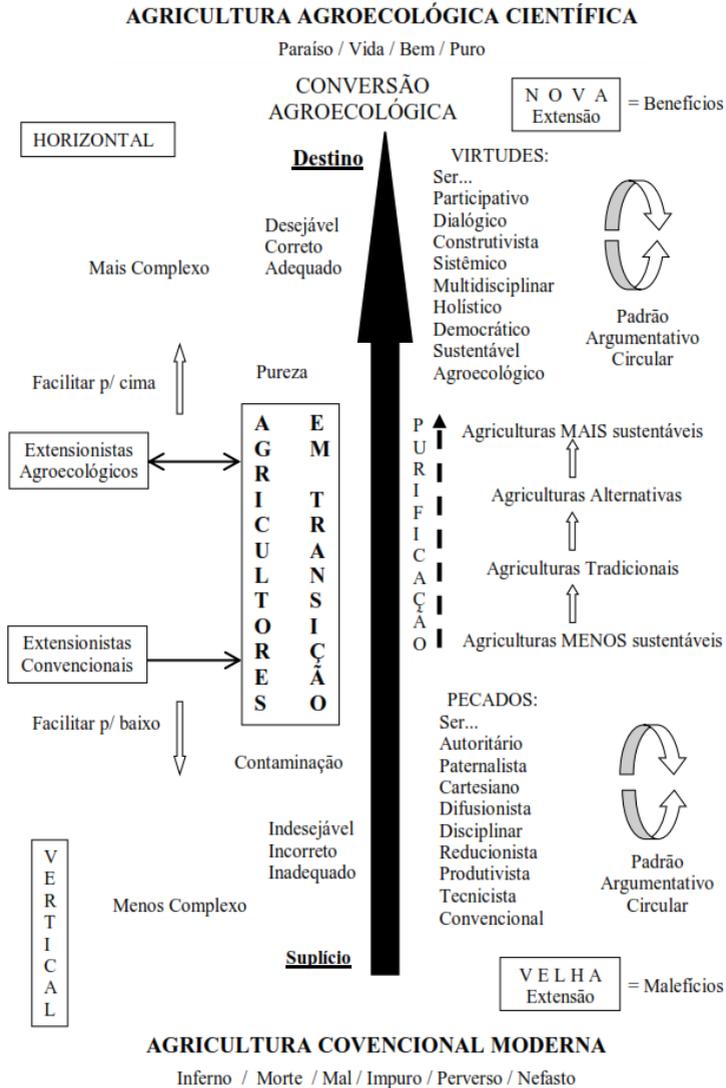
Fonte: elaborado pelo autor.

Institucionalizado numa política pública nacional, este sistema dual de classificação ganha forte legitimidade perante profissionais de extensão rural. Ainda que muitos se sintam contrariados, reticentes ou readaptem e sabotem as indicações (agroecológicas, participativas, dialógicas, holísticas, democráticas, construtivistas) da PNATER - sobretudo aqueles com atuação marcada pela "difusão da agricultura convencional" -, algum nível de constrangimento lhes será imposto. Apesar de subversões serem possíveis, a depender de como mecanismos de convencimento, adestramento, vigilância e coerção se efetivem, seu caráter disciplinador já se acha previamente instalado.

Em certa medida, tais expressões viram artefatos performáticos usados para persuadir, acusar, manipular, enaltecer, sendo que o ato constante de rotular agriculturas, pensamentos, pessoas e metodologias sob a lógica do "ou isto ou aquilo" (naturalizado em oposições do tipo "convencional x agroecológico", "holístico x cartesiano", "difusionista x participativo") cria e reforça um contexto de luta do bem contra o mal. Tendo em vista seu caráter positivo/desejável, os sete mandamentos dificilmente são postos em questão, fechando uma caixa-preta que, exceto em situações específicas em que disputas de poder vêm a tona, dificilmente é reaberta. Mesmo eventuais críticas reforçam o fato de que não é possível ignorá-las. Fiúza *et. al.* (2007), por exemplo, têm de se apropriar das categorias da PNATER para almejar "desconstruir" sua "orientação agroecológica".

Sobre o caráter estigmatizante, Caporal (2003, p.6) não poderia ser mais explícito ao reconhecer: "na atualidade, é corrente a utilização de algumas **dicotomias** para o contraste entre diferentes abordagens dos programas de desenvolvimento, o que nos parece **adequado** quando se trata de extensão". De fato, o autor parece ter razão, pois tal modo de pensar tem efeito mental reconfortante: nele tudo encaixa, tudo pode ser explicado, incluindo a origem de todo o mal e seus "efeitos maléficos", a certeza de que se pode vencê-lo e a resposta à pergunta: "para onde vamos?". Além deste atributo cosmológico, têm-se ainda ferramentas cognitivas para definir como as coisas funcionam e identificar o que e quem se deseja elogiar, rivalizar, antipatizar ou repelir.

Figura 2 - Estrutura cosmológica da “Agroecologia Científica”



Fonte: Figura elaborada pelo autor.

Como na análise de Lévi-Strauss (1982, p.187) sobre o dualismo nas relações de parentesco, o sistema classificatório na PNATER tem "um caráter funcional regulador", pois torna possível "distribuir os membros da comunidade". No caso, esta "comunidade" pode ser formada por quem atua em instâncias onde se discute políticas de extensão, pelos próprios agentes de extensão ou estendida à conduta de agrônomos em geral, com fazem Norgaard e Sikor (2002), por exemplo, ao se referir às "diferenças fundamentais entre agrônomos convencionais e agroecólogos". Assim, baseado nos rótulos disponíveis, pode-se acusar a ação de um técnico de tecnicista ou elogiá-la como participativa, qualificar sua prática de multidisciplinar, mas também de difusionista.

Além disso, a amplitude semântica dos sete mandamentos dá plasticidade ao sistema classificatório, o que leva a outra analogia com a análise de Lévi-Strauss sobre "divisões manterem relações complexas". Assim, é possível opor difusionista não a participativo, mas a construtivista; autoritário não a dialógico, mas a participativo; cartesiano não a holístico, mas a dialógico; disciplinar não a sistêmico, mas a interdisciplinar; convencional não a agroecológico, mas a holístico; produtivista não a agroecológico, mas a sustentável e assim por diante. Apesar da equivalência (negativa e antinômica) ser maior entre algumas expressões, elas são até certo ponto intercambiáveis.

Mas se há certo oportunismo e banalização no uso destas expressões, isto não deve ser visto de modo pejorativo (como prática para se aproveitar da circunstância e dela tirar proveito), mas no sentido de algo que encaixa bem no momento, isto é, que "cai como uma luva". Numa ótica austiniana⁶ (AUSTIN, 1965), criadas as "condições de felicidade" semântica e pragmática para um enunciado, passa a ser óbvio rotular a visão de um agrônomo como produtivista ou a de um extensionista como cartesiana. Ainda que o "efeito estigma" dependa do contexto enunciativo e da autoridade da fala do locutor, o caráter performático das expressões (significantes que condensam um imaginário coletivo incorporado) faz com que sirvam para acusar, denunciar, elogiar ou exaltar algo ou alguém. Daí seu uso corriqueiro em textos sobre extensão rural.

Por outro lado, reforça-se a garantia de coerência e o poder de classificar quando se operacionalizam categorias a partir de níveis de grandeza baseados num *continuum* entre dois polos antagônicos ideais, abrindo com isto a possibilidade de passagem ("transição") de um lado para outro, de uma agricultura para outra, de uma prática para outra, de

⁶ Segundo a teoria dos atos (*op. cit.*, 1965), as "condições de felicidade" de um enunciado (seu efeito prático) reside no reconhecimento pelo outro da autoridade de quem fala e num contexto que confere inteligibilidade e propensão para se aceitar o que é dito. Se tais condições não são satisfeitas, o ato de fala fracassa e se anula.

uma metodologia para outra. Caporal (2003, p.7), por exemplo, ao adotar tal procedimento para se contrapor a “certas posições imobilistas, inclusive na formulação de políticas públicas voltadas para a agricultura”, fala em “**desenvolvimento mais sustentável**”, “padrões de **produção e consumo mais sustentáveis**”, “mudança para **práticas mais sustentáveis**”, “**sistemas produtivos mais sustentáveis**”, “**agrícolas mais sustentáveis**” e “**agroecossistemas mais sustentáveis**”.

Ocorre que a inclusão do advérbio de intensidade “mais” permite propor gradações genéricas e imprecisas, mas pertinentes, abrindo uma cadeia infindável de possibilidades hierarquizadoras. Exemplo: uma agricultura convencional seria **menos** sustentável que outra em transição, esta **menos** sustentável do que uma do tipo agroecológica, que seria **mais** sustentável do que uma agricultura tradicional. Mesmo exercício pode ser feito com modos de vida, tecnologias, práticas pedagógicas e sistemas de criação, sendo que ao estender a gradação mais/menos aos pares participativo-difusionista, construtivista-autoritário, dialógico-paternalista, holístico-cartesiano, quase tudo poderá ser situado dentro de um *continuum*, tendo-se: agrônomos mais cartesianos, sistemas produtivos mais convencionais, agricultores menos agroecológicos, decisões menos participativas, abordagens científicas mais holísticas, relação técnico-agricultor mais dialógica⁷.

Para tanto, basta escolher o critério (de preferência mensurável) de julgamento, como fazem Caporal e Ramos (2006) ao propor “indicadores” que evitem “posições imobilistas” e permitam sua operacionalização “pragmática”. Mas com base em que seriam pensados tais indicadores? Segundo Caporal e Costabeber (2002b, p.2), do “enfoque Agroecológico”, o qual “corresponde à aplicação de conceitos e princípios (...) no manejo de agroecossistemas que queremos que sejam **mais sustentáveis**”. É como escolhê-los? Segundo o texto, viriam do “enfoque científico da agroecologia”, isto é, da pesquisa (holística, participativa, dialógica) de agroecólogos que, como juizes, diriam quais critérios adotar para “medir” quem seria “mais agroecológico”, podendo-se auferir assim o grau de “sucesso” das ações rumo à “transição agroecológica”.

Ainda que tal classificação sirva “como método aplicável à solução de múltiplos problemas” (LÉVI-STRAUSS, 1982, p.121), ela se

⁷ São diversas as analogias com o sistema dual acima. Ao tomar o par heterossexual-homossexual, por exemplo, sempre se pode dizer que alguém é “mais ou menos gay” a partir de critérios “objetivos”. No caso masculino, se sou tido como “efeminado”, sou “mais gay” do que quem se porta “sobriedade”; se uso roupas femininas, sou “mais gay” do que quem traja vestimentas masculinas; se sou “ativo” sexualmente, sou menos gay do que quem é “passivo”; se sou bissexual, sou “menos gay” do que quem só tem relações sexuais com indivíduos do mesmo sexo. Outro exemplo se encontra em Bourdieu (1999) para o par masculino-feminino.

aproxima da visão que imperava no auge da "modernização conservadora", visto que, como percebeu um autor santificado na "Nova ATER", também se deseja "ir até a outra parte do mundo (...) para, a sua maneira, 'normalizá-la'. Para fazê-la mais ou menos semelhante ao seu mundo" (FREIRE, 1983, p.13). Já sobre o termo "sustentável", talvez esta seja a noção mais plástica incorporada ao discurso oficial sobre extensão rural, sendo uma das razões de ter sido mantida na Lei de ATER de 2010. Adjetivo com alto grau de indeterminação, seu poder de se acoplar a outras palavras transforma-o em um curinga, espécie de carta muda do jogo usada para encher, com um pouco mais de vazio, a opacidade de sentido de noções como "desenvolvimento rural", por exemplo, agora dito "sustentável". Mas não só, pois, estando sempre referido ao seu oposto ("insustentável"), tudo pode ser etiquetado como "mais ou menos" sustentável, desde técnicas, sistemas de cultivo, energias, modos de vida, agriculturas até tratores, negócios e pessoas⁸.

Já a referência ao desenvolvimento sustentável (repetido 50 vezes em 21 páginas) na Pnater confere uma cansativa retórica marcada por frases circulares do tipo: "contribuir para a promoção do desenvolvimento rural **sustentável** (...) na potencialização do uso **sustentável** dos recursos naturais" (BRASIL, 2004, p.7). O mesmo ocorre em Caporal (2008), que cita a máxima auto-explicativa: "mais complexo, mais sustentável; menos sustentável, menos complexo". Como mais-menos sustentável, também a ideia de "complexidade" supõe uma escala que vai do pouco complexo (ruim) ao muito complexo (bom). Em suma, seja na forma polarizada (positivo/negativo;) ou como *continuum* (mais/menos) entre dois polos ideais, se está diante de uma classificação imprecisa usada para classificar algo precisamente.

3.1. Tautologia discursiva e purificação da "nova ater"

Vimos que, ao escrever sobre extensão rural, antes é preciso indicar seu lado maligno, apontar pecadores e seus pecados para então propor "novas orientações". Talvez a objetivação máxima deste esforço de purificação seja a repetição do termo "novo" em textos sobre extensão rural. De início, Costabeber e Caporal (2002b, p.2-6) pleiteiam: "atuar nessa **nova perspectiva** requer uma **nova postura** de trabalho, um **novo papel** e um **novo perfil**"; a seguir sugerem que "entidades

⁸ Note-se: aqui não há limite, visto assistir-se hoje a uma "ditadura da sustentabilidade" em que todo um léxico se instala como obrigatório. Embora objeto de disputa, junto com "desenvolvimento" ambas as noções viraram "categorias fundacionais" (BARRETO-FILHO, 2006), não havendo possibilidade de um olhar crítico fora da referência à sustentabilidade.

públicas” teriam se “adequado às proposições que orientam uma **nova prática** de ATER”, sendo preciso adotar “**novos indicadores** para **medir o sucesso** da Ater”; por fim, propõem “**novos desafios**(...) para qualificar os serviços numa **perspectiva inovadora**”.

Lembrando o que na música se conhece por obstinado (frases curtas repetidas de modo persistente), referências a uma era “inovadora” são recorrentes em textos sobre extensão rural. Ramos e Caporal (2006), Caporal (2003) e Caporal (2008) citam: “novo **processo** de transição agroecológica”, “novas **exigências** da sociedade”, “nova **perspectiva**”, “novo **profissional**”, “novo **profissionalismo**”, “novo **enfoque** para a ação extensionista”, “novas **relações** entre agentes e beneficiários”, “profissionais preparados para os desafios da nova **realidade**”; “novas **bases teóricas** para a extensão”; “novos **modos de aprendizagem** e conhecimento”, “nova **política** de ATER”; “Agroecologia fornece um novo **instrumental**”; “novo **modo** de fazer Ater”, “nova **abordagem** de desenvolvimento”; “nova **prática** extensionista”; “nova **forma de gestão**”; “novo **serviço público** de extensão rural”; “Nova Ater adotando um novo **enfoque**, novos **objetivos** e nova **metodologia**”; “nova **missão**”; “novo **marco** para o extensionismo”; “novos **compromissos** com a clientela da Nova Ater para construir novas **relações** entre agentes e beneficiários”; “profissionais da Extensão Rural Agroecológica devem assumir novos **conceitos, valores e comportamentos**, ademais de novos **métodos**”.

Em Caporal (2003) e Ramos e Caporal (2006), ambos com 16 e 23 páginas, novo e nova são repetidas 66 e 60 vezes. Mas o culto a novidade repete-se na PNATER (*op. cit.*, p.3), onde lê-se que o Estado “poderá oferecer um **instrumento** verdadeiramente **novo** e capaz de contribuir (...) para a construção de **outros** [equivalente de ‘novos’] **estilos** de desenvolvimento rural”. Já nos “Princípios e diretrizes” consta que “aparatos públicos de Ater terão que transformar sua prática convencional para (...) atender as **novas exigências** da sociedade”, tendo o “modelo difusionista”, “pacotes da Revolução Verde” e “estilos convencionais de desenvolvimento” de ser “substituídos por **novos enfoques** metodológicos e **outro paradigma** tecnológico que sirvam como base para que a extensão rural pública possa alcançar **novos objetivos**” (*op. cit.*, p.5). Sob este tipo de pensamento circular, tem-se que “novas exigências” conduzem a “novos enfoques” que levam a “novos objetivos” que atendem as “novas exigências”.

Tautologia parecida acha-se em outros dois trechos: “o **desenvolvimento sustentável** almejado pelo país supõe o estabelecimento de estilos de **agricultura, extrativismo e pesca** igualmente **sustentáveis**”; “esta **nova responsabilidade** (...) ocorre quando o **imperativo** socioambiental e as **novas exigências** da sociedade determinam a necessidade de implantação de uma **renovada**

(...) **política** de Assistência Técnica e Extensão Rural" (*op. cit.*, p.6-3). Resumindo: "novas exigências" de "novas responsabilidades" geram uma "política renovada" que atende "novas exigências" através de "novas responsabilidades".

Adiante, fala-se da urgência da extensão rural adotar "missão, objetivos, estratégias, metodologias e práticas compatíveis com os requisitos deste **novo processo**"; a seguir, o contraste: "ao contrário da prática extensionista convencional, a Nova Ater pública deve estabelecer um **novo compromisso** com os seus beneficiários. Isto exige uma **nova postura** institucional e um **novo profissionalismo**" (*op. cit.*, p.6). E seguem citações à "**novos enfoques** metodológicos", ao "**novo paradigma**", aos "elementos-chave para o **novo serviço** de Ater", à "**Nova Ater** dever organizar-se", à "Agroecologia considerando a amplitude conceitual deste **novo enfoque científico**"⁹. Em suma, para purificar a extensão rural, "paradigma", "instrumento", "enfoque", "processo", "políticas", "postura", "compromisso", "serviço", "objetivos", "profissionalismo" e "responsabilidade" devem renascer e, se incluímos todos os artigos citados, soma-se a tal renovação: "exigências", "perspectivas", "profissionais", "modos de aprendizagem", "metodologias", "relações", "modos de fazer", "bases teóricas", "serviços públicos", "práticas", "formas de gestão", "missão", "métodos", "abordagens", "marcos", "relações entre agentes e beneficiários", "conceitos", "comportamentos", "valores" e "conhecimentos".

Redimida a vida pecaminosa de extensionistas infieis que transferiam pacotes tecnológicos, seguiam abordagens difusionistas, tinham posturas autoritárias e viam o mundo de modo cartesiano, nasce, como flor imaculada e não corrompida, a "Nova Ater". Mas não se trata de reformar, mas sim inverter, pois reformar implicaria levar algo da velha ATER, sendo que a distinção "novo-velho" se soma ao padrão dual já visto, dando um caráter temporal ao sistema de oposições. Defini-se assim um antes (-) que se opõe a um depois (+), sendo o agora vivido como "transição" (que restabelece o *continuum*) a ligar ambos os tempos. Mas, citando outra vez Foucault (2009, p.194), ainda assim "a sociedade perfeita [holística e participativa] impõe um funcionamento ideal que no final se reduz, como o mal que combate, ao dualismo simples vida-morte".

⁹Nas 21 páginas da PNATER, "novo/a" e "inovadora" são mencionados 30 vezes. Além disso, a partir da publicação da PNATER, em 2004, seu conteúdo passou a ser literalmente reproduzido por outros autores. É o que faz Ramos (2006). Ao citar "avanços e desafios" da "Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil" nas nove páginas deste pequeno texto "novo", "nova" e "renovada" são repetidos 21 vezes.

Como se vê, outra vez o viés catequizador, que sobrevive desde o nascimento da extensão rural no Brasil (FONSECA, 1985), aproxima a PNATER do que seu conteúdo pretende contrapor. Como uma ordem religiosa, a extensão rural desde o final dos anos 1940 possui uma “missão” a ser cumprida. Explicitada neste “novo testamento” do extensionista, suas diretrizes conferem a este o papel de fazer a ponte entre dois mundos, tendo técnicos, engenheiros agrícolas, agrônomos, veterinários, profissionais da saúde e assistentes sociais a missão de levar a palavra agroecológica aos “beneficiários”.

Tal dimensão doutrinária condiz com a terminologia adotada, visto o próprio termo usado para se referir ao público da extensão possuir, por si só, um viés paternalista, afinal, benefício tem como sinônimos graça, dádiva e favor. Trata-se de intermediar algo (saber, método, técnica, no caso, agroecológicos) concedido por uma entidade transcendente (Emater, ONG ou governo de ocasião) à realidade vivida e que ali se instala através de seus intercessores. Assim como no catolicismo um cristão recebe uma dádiva de Deus, agricultores receberiam um “benefício” de agências de extensão via extensionistas. Já estes arautos da “transição”, tal como padres fazem a mediação entre Aquele e seus fiéis, atuariam como “facilitadores da conversão agroecológica” de sua “clientela”; salvando-a por meio de sua “agroecologização”¹⁰. Porém, por que atingidos pelos serviços de extensão seriam só beneficiários? Como no caso do “sucesso da Nova Ater”, historicamente muitas práticas extensionistas não foram benéficas, mas, sim, prejudiciais aos agricultores. Porém, a despeito disto, na PNATER e demais textos citados esta possibilidade é convenientemente ocultada.

No caso, a oposição novo/velho fortalece a ideia de “urgência”, de algo “inadiável”, “imperativo”, “que urge” (CAPORAL, 2008), consagrando o presságio da transição como fato consumado, destino inexorável que cedo ou tarde levará os “beneficiários” a sua “conversão agroecológica”. Sob a “nova orientação”, o que for associado à velha Ater (símbolo do obscurantismo extensionista) deve ser eliminado e condenação, imolando-se assim uma rediviva “Nova Ater” (holística, participativa, dialógica) por meio de uma nova prática, agricultura, novo modelo, desenvolvimento e, com a transição agroecológica, de uma “nova revolução paradigmática” a aliviar o sofrimento dos que padecem com a “agricultura convencional”. Mas é preciso reconhecer que tal procedimento não é de agora. Neves (1987, p. 343), por exemplo, notou a prática

¹⁰ A este caráter evangelizador se junta seu oposto, sendo comum a demonização, com permissão do eufemismo, do “lado escuro da força”, ao qual são imputados “perversidades” e “efeitos deletérios”, pois, para remir a culpa da antiga Ater e libertá-la do passado indigno é preciso conjurá-la; daí surgindo, invertida e convertida, a Nova Ater.

purificadora de apagar o velho e impor o novo à época dos "processos de modernização", que, segundo ela, fundam-se "num modelo de desenvolvimento que visa superar o **ex-novo** que se tornou tradicional. Cada **processo** se apresenta como **único e válido, negando ou desqualificando ações e pressupostos** antes dirigidos à agricultura". E, mostrando como então já se adotava a linguagem da ruptura com o passado, segue dizendo a autora (*op. cit.*, p.346):

No início da década de 70 começa a ser formulado o **novo modelo** de desenvolvimento agrícola (...). Da perspectiva dos idealizadores da EMBRAPA, a criação desta instituição **representa uma ruptura** na forma como a agricultura é pensada. O processo da **nova agricultura**, fundada em bases científicas, supõe a superação do atraso. Consideram que o aspecto fundamental de caracterização desse **novo quadro** é a ênfase na pesquisa e no uso da ciência e tecnologia. Nesse quadro se forjam as **novas políticas públicas**.

Ora, seria perfeitamente possível reescrever as citações acima (sem perda de sentido e sem alterar sua estrutura) substituindo alguns termos (em *itálico*) por outros contidos na PNATER:

processos de *agroecologização* que se dirigem à agricultura *familiar* fundam-se num modelo de desenvolvimento que supere o *ex-novo* que se tornou *convencional*. Cada processo se apresenta como único e válido, negando ou desqualificando ações e pressupostos antes dirigidos à agricultura (...). No início da década de 2000 começa a ser formulado o **novo modelo** de desenvolvimento *rural* (...). Da perspectiva dos idealizadores da *PNATER*, a criação desta *política* representa uma **ruptura** na forma como a agricultura é pensada. O processo da **nova agricultura**, fundada em bases científicas *agroecológicas*, supõe a superação da *modernização conservadora*. Consideram que o aspecto fundamental de caracterização desse **novo quadro** é a ênfase na pesquisa e no uso de *métodos participativos* e *enfoque sistêmico*. Nesse

quadro se forjam as **novas políticas públicas**.

Note-se: o texto original se refere à convicção de burocratas, extensionistas e cientistas dos anos 1970 de que eliminar a agricultura tradicional em prol da agricultura moderna seria algo bom para os agricultores, sendo os textos de apoio da época produzidos pelos órgãos de extensão explícitos quanto à pretensão de ajudar a “melhorar a qualidade de vida no campo”. O que, por sinal, lembra outra vez a confiança dos textos analisados aqui na transição da agricultura moderna para a agroecológica, no “sucesso da Nova Ater” e seus “benefícios” para os agricultores.

4. RETÓRICA CIRCULAR, MESSIANISMO E “TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA”

Das sobreposições entre PNATER e textos de apoio, a mais evidente refere-se ao “enfoque agroecológico”. Caporal e Costabeber (2000, p.2-4), por exemplo, defendem “a adoção da Agroecologia como **paradigma diretivo** da ação extensionista”, que ela “oferece **ferramentas**” para “subsidiar a intervenção da Nova Extensão Rural e a promoção do desenvolvimento rural sustentável”. Após quatro anos, “ferramentas” e “diretiva” entraram na PNATER e o enfoque agroecológico tornou-se “objetivo dos serviços públicos de Ater”; estes devendo “estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável (...) adotando os **princípios da Agroecologia** como **eixo orientador das ações**”; já nas “orientações estratégicas”, a Ater “deve orientar a construção de sistemas produtivos e estratégias de desenvolvimento rural sustentável norteados pelos **princípios da Agroecologia**, considerando a amplitude conceitual deste novo **enfoque científico**” (BRASIL, 2004, p.10).

No caso da “**transição agroecológica**”, como ela “**já vem ocorrendo** em várias regiões” (*op. cit.*, p.6), haveria a “passagem [para] estilos sustentáveis de produção”, levando a extensão rural a adotar “estratégias que levem a enfoques de desenvolvimento rural sustentável e, também, à **transição a estilos sustentáveis de produção**” (*op. cit.*, p.12). Aqui se repete o padrão circular voltando-se ao ponto de partida: a passagem a estilos sustentáveis de produção faz com que serviços de Ater incorporem estratégias que levem à transição a estilos sustentáveis de produção. Pouco antes, vê-se mesma retórica auto-explicativa: “com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de **estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade**, a Agroecologia

proporciona as bases científicas para apoiar o processo de **transição a estilos de agricultura sustentável**” (*op. cit.*, p.9); ou seja: implantar estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade via Agroecologia levaria a transição a estilos de agricultura sustentável.

A tautologia acha-se também em Caporal e Ramos (2006, p.5), para quem a “Extensão Agroecológica” seria “um processo de intervenção (...) com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento”. Cortando apostos, diz a frase: “a Extensão Rural Agroecológica seria um processo [com] o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento [que adota] os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento”.

Mas a crença na transição agroecológica ganha destaque na PNATER (*op. cit.*, p.21) no tópico “Capacitação para a transição”, onde consta que ela terá “um conteúdo capaz de **formar os profissionais** para atuarem como agentes de desenvolvimento local”, sendo que, “para que seja viabilizada a proposta de **capacitação para a transição**, o Dater promoverá um amplo processo de **‘formação de formadores’**”. Dois anos após, Caporal e Ramos (2006, p.9) reforçam tal pretensão: “a mudança para práticas mais sustentáveis (...) exigirá que os **facilitadores** sejam, além de tecnicamente **bem treinados, capacitados** para que desenvolvam as **habilidades necessárias**”. O que é compreensível, pois a escassez de agroecólogos implica “treinar”, “capacitar” e “formar” extensionistas para “animar” e “facilitar” aos agricultores sua “conversão agroecológica”.

Outra vez se está próximo da “antiga Ater”. Ao invés de difusionistas capacitados a atuar como agentes da modernização, em cena entram os facilitadores bem treinados apoiando a conversão. Termos com “difundir”, “ensinar” e “transferir” são substituídos por “facilitar”, “formar” e “apoiar”, mas a contradição continua, pois há um protagonista (agente facilitador) que facilita algo (processo de transição) a alguém (agricultor). Ademais, apoiar e formar indica um lugar superior (do apoiador/formador) e outro inferior (do apoiado/formado). Embora sejam termos mais suaves do que transferir e difundir, como dizia Freire (1983) sobre a extensão rural dos anos 1970, se trata de uma ação de sentido único, de um sujeito ativo para outro passivo (ainda que participativo). Fato percebido por Caporal e Ramos (2006, p.10), que veem na relação extensionista-agricultor “atores possuidores de diferentes conhecimentos e situados em posições assimétricas de poder”. Já o termo capacitar é problemático pelo simples fato de que implica tornar alguém apto a alguma coisa, ou seja, as pessoas “bem treinadas” estão sendo rotuladas de inaptas. Assim, extensionistas,

quando capacitados, estarão aptos a treinar inaptos “beneficiários”, até então incapazes de adotar “práticas agroecológicas”.

Por outro lado, a cientificização agroecológica tende a higienizar conhecimentos e práticas locais. Apropriados por técnicos, cientistas, agências oficiais e empresas, saberes ligados à história vivida por grupos sociais são “resgatados” e classificados como agroecologicamente relevantes. Retirados de sua circunstancialidade e levados às suas instituições, são avaliados a partir de conceitos e métodos da “agroecologia científica” (lembrando que isso ocorre desde seus primórdios, quando agrônomos começaram a valorizar práticas da “agricultura tradicional”). Depois de depuradas e “aperfeiçoadas” por esta “ciência”, quanto maior a sintonia entre saber local “resgatado” e critérios científicos, maior será seu valor agroecológico.

Por fim, via extensionista, o “resgate” retorna como artefato, técnica ou saber, mas não só ao lugar donde foi extraído. Devidamente higienizados, conhecimentos até então dominados por pessoas que os punham em prática localmente são universalizados, podendo ser aplicados e replicados, como as “inovações convencionais”, em distintas realidades. Além de apagar a história desta gênese e dos que detêm tal saber, tal “resgate” se aproxima do ato de roubar. Extraído de seu contexto, saber/fazer local retornam como dádiva agroecológica concebida por um ente externo. Sem falar que, após assepsizados, conhecimentos sem utilidade/valor agroecológicos ou que não se coadunam com o “paradigma” são convenientemente esquecidos, depreciados e condenados por técnicos, extensionistas e agroecólogos¹¹.

Já sobre a “transição para estilos de produção de base ecológica”, Costabeber e Caporal (2000, p.12) identificam uma etapa anterior entre dois padrões produtivos (“tradicional” e “moderno”): “**a primeira transição** da agricultura (...) representada pela passagem da agricultura tradicional para a agricultura baseada em insumos industriais (...) foi relativamente longa, tendo iniciado no final do século XIX”. Contudo, o que ocorre quando se aciona este modo de pensar o passado com o objetivo de profetizar o futuro? Segundo o texto (*op. cit.*,

¹¹Caso emblemático desta higienização ocorreu com o que hoje se chama “biofertilizante”. No sul do Brasil este até hoje é chamado muitas vezes de “supermagro” devido ao fato de um agricultor de apelido “Magro” (que gostava de fazer suas próprias “experiências agroecológicas”) ter inventado, no final dos anos 1980, um tipo de adubo usando vários ingredientes químicos e orgânicos diferentes. Porém, devido a desavenças políticas com técnicos da ONG com os quais trabalhava, estes decidiram trocar o nome do produto e chamá-lo de biofertilizante. O trabalho parece ter dado resultado, pois, consultando na internet, encontrei várias receitas de como preparar o supermagro, mas nenhuma informação que contasse a história da pessoa que o inventou.

p.13), "a agricultura mundial estaria experimentando um novo **processo de transição**, tendo como essência o **processo de ecologização**" da agricultura. Embora admitam que esta "não necessariamente seguirá um processo unilinear, sendo mais possível que ocorram distintas vias da transição que incorporem diferentes enfoques de ecologização", retomam em seguida a ideia original (*op. cit.*, p.13): "imaginadas ao longo de um *continuum* teríamos mais perto de um dos polos as formas de intensificação verde (...) próximas ao padrão tecnológico dominante (...). Nas proximidades do polo oposto do *continuum*, se situariam as formas de agricultura ditas *alternativas* (...), mais afastada daquela que apoia o modelo agroquímico". E concluem:

Temos a **transição como a passagem** do modelo produtivista convencional a estilos de produção mais complexos (...). Neste contexto, e tendo presente a Nova Extensão Rural, a **transição agroecológica se refere a um processo gradual de mudança** (...), uma mudança gradual **nas atitudes e valores** dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais (*ibidem*, p.13).

Este trecho anunciava quatro anos antes o que seria inserido na PNATER: no citado *continuum*, a "transição" (espécie de pena vivida antes de se chegar ao paraíso) não será fácil e várias "vias" serão tentadas. Mas a vinda ("em processo gradual") da agroecologia estaria a caminho. Sofridas as provações "convencionais" e cumprida a passagem por "agriculturas ditas alternativas", completar-se-ia o processo de agroecologização. Pouco depois, Caporal (2003, p.3) seria ainda mais explícito:

A intensificação verde será a estratégia dominante ainda por algum tempo (...). A **tendência a agroecologização**, baseada na orientação epistemológica da Agroecologia, **deverá prevalecer** como estratégia para a transição agroecológica dos agricultores familiares; a transição para o desenvolvimento sustentável será um processo político intenso porque criará na sociedade um novo quadro de ganhadores e perdedores e (...) as agências públicas de extensão rural estarão no meio deste processo político, não sendo possível passar por ele de forma neutra.

O tom é imperativo: como não se pode passar pela inevitável transição de modo “neutro”, é preciso decidir: ou se escolhe ficar arraigado ao passado nefasto da agricultura moderna ou se opta por se juntar ao “processo intenso” de “criação” de um “novo quadro na sociedade”. Mas já que só se pode ficar de um lado ou de outro, como ficam os que, críticos à intensificação verde, não se alinham automaticamente aos defensores da agroecologia científica? Sem falar nos “beneficiários”, sempre esquecidos e cujas restrições a esta são, via de regra, silenciadas?

Caporal (2009, p.2) reviu sua compreensão sobre a “transição agroecológica”: “um processo gradual e multilinear de mudança que ocorre através do tempo (...), mudança gradual [que] se refere a um processo de **evolução contínua e crescente** no tempo, mas sem ter um momento final determinado”. Mas ainda assim o final tem um sentido “gradual” definido. Além de evolucionista, há clara associação com a ideia de progresso, pois “evolução contínua e crescente no tempo” indica uma melhora indefinida na direção de uma utópica perfeição. Já “processo multilinear” não implica indeterminação, pois visões lineares podem avançar juntas numa única direção, com “linhas de transição” paralelas, mas com mesmo destino: a agroecologização.

Fiúza *et. al.* (2007, p.27) notaram o viés profético ao comentar que defensores da “transição agroecológica [adotam] um discurso messiânico de que a sustentabilidade da agricultura só pode ser alcançada através do direcionamento agrícola agroecológico”. De fato, o termo transição denota inexorabilidade. Mas uma coisa é falar em transição da agricultura tradicional para outra moderna (algo que precisa ser relativizado, pois a maior parte dos agricultores do mundo continua exercendo sua “agricultura tradicional”), já outra é profetizar o futuro: “a agroecologização, baseada na orientação epistemológica da agroecologia, **deverá prevalecer** como estratégia para a transição agroecológica”.

Além da tautologia e da fraqueza argumentativa, este tipo de predição já levou a autoritarismos de várias ordens. Lenin já havia decretado a morte da sociedade capitalista, com o comunismo chegando após a transição pelo socialismo¹². Ora, a “transição agroecológica que já vem ocorrendo” é certeza comparável a tal euforia coletiva. No lugar da ditadura do proletariado, reinaria a ditadura agroecológica a libertar agricultores sob jugo da agricultura moderna; se

¹²Vaticínio repetido por marxistas ortodoxos que se apressaram a apontar sinais a comprovar a ruína capitalista, sendo comum se afirmar que levantes socialistas pelo mundo seriam indícios desta derrocada. Hobsbawm (1997, p.79) comenta que para muitos que viveram o levante russo de 1917, “os dias de capitalismo estavam inevitavelmente contados. A história contemporânea era a antecâmara da vitória final”.

o socialismo real seria o avatar da utopia comunista, a agricultura alternativa seria um ensaio rumo ao novo paradigma e a crise socioambiental sinal da transição; se as contradições do capitalismo levariam a sua ruína, com a aurora do paradigma agroecológico os próprios "efeitos nefastos do modelo dominante" e as "exigências da sociedade" levariam a sua derrocada; se no comunismo o proletário se libertaria da alienação do trabalho, agricultores seriam alforriados da dependência mercantil gerada pelo fetiche produtivista. Tudo isto após "facilitadores serem bem treinados a desenvolver habilidades necessárias", formando uma legião de disciplinados extensionistas comprometidos com a evangelização agroecológica¹³.

Novamente Fiúza *et. al.* (2007, p. 36) perceberam o caráter salvacionista da "transição agroecológica": "não é possível conceber a agricultura como prática messiânica, mediante a qual condutas são condenadas ou sacralizadas em si mesmas, independente das circunstâncias nas quais estão inseridas". Como no caso da Nova Ater, o discurso messiânico aponta o mal e o bem cuja positividade cresce da inocência da agricultura alternativa (quando não se tinha "consciência" do novo paradigma) até sua maturidade. Tal dogmatismo fecha as portas à criatividade, pois, exceto a agroecologia científica, sob a luz do imperativo agroecológico outras vozes críticas à intensificação verde são vistas como manifestação incompleta de algo superior, correndo o risco de ter destino idêntico à geração pós-1917, com o "bolchevismo absorvendo as demais tradições revolucionárias ou empurrando-as para a margem de movimentos radicais"? (HOBSBAWM, 1997, p.80).

5. CRIANDO A DOCTRINA PARA JULGAMENTOS ETNOCÊNTRICOS

A forte semelhança de conteúdo e vocabulário entre PNATER e textos de apoio resultou num forte mecanismo de legitimação, pois ambos passaram a produzir "efeitos de verdade" (FOUCAULT, 1997). Até ser publicada, a defesa da "extensão agroecológica" como política pública era mera proposição geral, desejo expresso na forma escrita. A partir daí seu conteúdo passou a dar credibilidade aos que defendem a "agroecologia

¹³ Vendo como às vezes se reverencia agricultores que resistem à intensificação verde readaptando práticas ancestrais, sua adesão a técnicas modernas representa uma espécie de perda de sua pureza original. Como Eva e Adão foram expulsos do paraíso, após serem seduzidos por pacotes tecnológicos (a maçã) oferecidos por extensionistas produtivistas, anjos decaídos da extensão rural a serviço do grande capital, estão condenados a pagar por este pecado original e, desde então, presos a interesses espúrios vivendo como pagãos até a chegada da redenção agroecológica.

científica”. Dois anos após lançada, Caporal e Ramos (2006), por exemplo, publicam “Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e obstáculos e desafios a serem superados” e citam a PNATER e seu “enfoque agroecológico” como **meio** de referendar argumentos. Assim, ao usar e reforçar as diretrizes da PNATER, há uma retro-alimentação entre publicações que defendem uma mesma profecia. Se antes os textos de apoio influenciaram a elaboração da PNATER, depois ela é que virou artefato discursivo usado na pregação da “transição à agricultura de base sustentável”.

Com isso, a despeito de boas intenções, julgamentos etnocêntricos de saberes/práticas tanto de agricultores como extensionistas foram reforçados. Vejamos três exemplos. Laforga e Vieira (2008, p.1) analisam a “ação extensionista da EMPAER¹⁴ frente à Nova Pnater” no Assentamento Guapirama/MT. A partir dos “princípios epistemológicos da agroecologia”, concluem: “a unidade da EMPAER **não está atuando conforme orienta a Pnater** em função de uma série de fatores que dificultam a ação extensionista rumo a uma transição agroecológica”. A seguir, baseados nas “novas orientações” da PNATER e pelo prenúncio da transição, apontam quem está ou não em sintonia com a “prática extensionista agroecológica”. Ao invés de ver se a ação extensionista estaria de acordo com prerrogativas modernizantes (ao estilo das teorias sobre adoção de inovações tecnológicas dos anos 1970), avaliam se ela se coaduna com a nova diretriz agroecológica. Mas e como fica o “ pilar fundamental que sustenta a Política de Ater” e propugna o “respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país” (BRASIL, 2004, p.4)? Ao menos para os autores, ela parece ir até o limite dos “princípios científicos da agroecologia”. No caso de experiências agroecológicas, disciplinamentos etnocêntricos não são novidade. Analisando a relação entre técnicos e agricultores ecológicos, Oliveira (2004, p.124), reproduz “notificação” de uma ONG enviada a um agricultor em “condição irregular”:

Decisão da Comissão Representativa - Processo da Propriedade 100% Ecológica

Prezado Agricultor

Assunto: Pomar de pêssegos manejado com agricultura química.

Na visita feita pela Comissão foi decidido que o pomar de pêssegos **tem que ser**beim isolado do resto da propriedade. **O pomar deve ser** considerado como uma outra propriedade rural (...). Isso quer dizer que: a estrada de acesso ao pomar **não pode** mais passar por dentro da propriedade (...). **É**

¹⁴ Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural.

preciso fazer uma cerca fixa onde hoje há passagem da estrada na propriedade. Ao longo da cerca que será feita **é precisoplantar** 2 fileiras de capim Camerum e uma fileira densa de eucaliptos. Mudanças de capim estão disponíveis na ONG. Os equipamentos da propriedade **não poderão** ser usados para pulverizar o pomar. O manejo do pomar **não pode** ser feito regularmente por mão-de-obra de sua família. Caso haja uma emergência de ter que auxiliar no pomar, **o senhor deve, obrigatoriamente**, comunicar com antecedência ao Coordenador da *Associação*, dizendo a data em que vai trabalhar e o trabalho que vai ser feito. Caso seja identificado que houve trabalho seu, da sua esposa ou filhos, no pomar, sem esta comunicação prévia ao Coordenador, o senhor **será automaticamente desligado** da *Associação*, **não podendo** mais comercializar seus produtos, mesmo que tenham sido cultivados ecologicamente (...). **A Comissão também decidiu** que caso o senhor não queira atender a esta determinação, **iniciará o processo do seu desligamento** da *Associação*. Acreditamos na sua dedicação em continuar seu trabalho com agricultura ecológica.

Atenciosamente, ONG, Cooperativa de Consumidores e Conselho das Associações

Em outro trabalho, o mesmo autor (ibidem, p.1) chega a seguinte constatação sobre “a dimensão disciplinadora do discurso ecologista”:

O fato destes (...) agricultores viverem submetidos às regras e punições estabelecidas para esta forma de produção agrícola chamada ecologista, aliadas a outros procedimentos normatizados localmente, fez constituir um processo de constante vigilância e disciplinamento. Tal processo fez emergir entre agricultores (...) um certo **sentimento de 'aprisionamento' por oposição àquele agricultor que está 'livre'** das obrigações impostas por esta forma de se organizar e fazer agricultura.

O outro caso trata das categorias “agricultor convencional”, “em transição” e “consolidado” (que no exemplo anterior seria “100% ecológico”) adotadas por algumas ONGs. Em 2005 um técnico de uma delas que atua no sul do Brasil (não revelarei a ONG para preservar as pessoas) me relatou esta situação. Desde sua fundação, com ela trabalhava um agricultor “pioneiro”, fervoroso defensor da “agroecologia” e cuja fama era a de ser o “mais agroecológico” entre todos os demais agricultores. Para os integrantes da ONG era símbolo do “agricultor modelo” e, já sexagenário, se orgulhava de assim ser.

Um dia, porém, 15 anos após atingir o status de “agricultor agroecológico consolidado”, um de seus filhos com terras contíguas a sua, ao aplicar veneno numa área de lavoura, por descuido deixou-o derivar com o vento e atingir as terras de seu pai. Responsável por certificar o caráter agroecológico dos produtos vendidos pela associação de agricultores, pouco depois outra comissão se reuniu. Concluíram pela perda de sua condição de “consolidado”, regredindo ele para “em transição”. Mas o rebaixamento de status não produziu constrangimentos só materiais, mas também psicológicos. Em depressão, não entendia como ele, “agricultor modelo”, visitado com frequência por pessoas interessadas em conhecer suas roças, hortas e pomares e não menos assiduamente usado pelos próprios técnicos da ONG como vitrine de seu trabalho, tinha virado “em transição”.

Não sei o final da história, pois não vi mais quem a relatou. Mas se as conclusões de Laforga e Vieira (*op. cit.*) remetem à criação de instrumentos de julgamento etnocêntricos, este caso e o episódio do pomar convencional também servem de alerta, pois apontam para as contradições de experiências agroecológicas concretas. Ademais, amparadas numa política nacional de extensão que segue os “princípios científicos da agroecologia”, não é difícil imaginar Emater adotando selos agroecológicos para agricultores com menor “resistência à transição” ou maior “capacidade de resposta” a “estilos mais sustentáveis de agricultura”. Também não é preciso ir longe para pensar que ações que visem “agroecologizar” agricultores, pescadores, extrativistas, indígenas, quilombolas e inúmeros outros grupos sociais podem levar a montagem de toda uma estrutura de adestramento, vigilância e, conforme for, recompensa a quem aderir “participativamente” à “transição” ou então punição a quem a ela resistir ou dela se desviar.

Afinal, como a notificação ao agricultor que queria ter um pomar convencional, artifícios de controle social teriam de ser criados, tendo o extensionista papel de “apoiador” e “facilitador”. O mesmo vale para sistemas de punição, caso do agricultor rebaixado a em transição. Além disso, como o fazem Laforga e Vieira e repetindo “pequenas astúcias dotadas de grande poder de difusão, arranjos sutis de aparência inocente, mas (...) que obedecem a economias inconfessáveis ou procuram coerções sem grandeza” (FOUCAULT, 2009, p.134), seria preciso mobilizar extensionistas (“bem treinados”) e pesquisadores para avaliar, localmente, o “sucesso” do processo de agroecologização.

Paradoxalmente, a operacionalização do discurso agroecológico (dito científico) poderia ter o efeito de dar mais poder não a “agricultores menos favorecidos”, mas novamente a técnicos e agroecólogos que, com “treinamento”, “capacitação” e “formação”, teriam a função de averiguar como andaria a “transição” dos “beneficiários”? Veja-se que não se trata

de uma ONG ou associação de agricultores. Por maior que seja sua capilaridade, ela é incomparável a uma política governamental e seu aparato burocrático, financeiro, administrativo e logístico. Eis o risco, aventado por Almeida (2003), de se impor outro "pacote" (agora "participativo"); só que, ao invés da transformação compulsória de agricultores em pequenos empresários rurais, tal doutrina pode levá-los a acreditar que seu destino é, cedo ou tarde, virar "agricultores agroecológicos" e se submeter ao controle institucional de quem irá dizer o que seria ou não agroecologicamente correto.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não foi fácil escrever este texto. Sobretudo por minha trajetória marcada pela visão crítica à glorificação positivista da inovação tecnológica, redução da agricultura a um "setor" econômico e ao histórico incentivo governamental à produção de *commodities* agrícolas. Portanto, no sistema dual visto aqui, me junto ideológica e eticamente à refutação do que tais opções implicam. Solidário a agroecólogos, extensionistas, neorurais, agricultores e aos que, dentro e fora da máquina estatal, têm ajudado experiências alternativas a se efetivarem na prática, a provocação se dirige ao modo como um movimento amplo e difuso tem sido encapsulado em publicações acadêmicas, recomendações técnicas, políticas oficiais e propagandas institucionais. A crítica aqui se refere à instrumentalização simplificadora de uma categoria social em construção sujeita a inúmeras interpretações e à imposição, através de argumentos de autoridade (via banalização da etiqueta "científico"), de uma profecia em um programa nacional de extensão rural.

Como "ambientalismo", "feminismo", "tradicional" e outros tantos, o termo "agroecologia", se funciona como categoria de mobilização (moral, ideológica, afetiva), possui também um caráter operacional que leva "a sua essencialização, tornando necessária a construção de um consenso e de uma unidade reguladora e disciplinadora das diferenças no interior dessas potências antes emancipadoras"¹⁵ (ZHOURI e OLIVEIRA, 2010, p.441). Sob tal perspectiva, se rebelar contra a cristalização de categorias de pensamento que aprisionam o olhar a partir de um referencial maniqueísta e que apaga ambiguidades, bem como a fluidez que marca a prática social daqueles que contestam a norma vigente me parece algo necessário, ainda que doloroso (e arriscado).

¹⁵ No trecho acima as autoras se referem ao ambientalismo e não à agroecologia. Porém, ao menos no que tange ao processo de essencialização, ambos se aproximam bastante.

Portanto, não se trata de um ataque a cientistas, militantes de ONGs e movimentos sociais, agricultores e burocratas de agências de extensão que há décadas participam deste trabalho de invenção social que subversivamente se contrapõe à ordem vigente. Tal esforço coletivo de pessoas e instituições com trajetórias e interesses distintos tem papel crucial como desestabilizador de hierarquias morais dominantes. Ao mobilizar forças sociais heterogêneas, tensionam o *status quo* blindado por políticas excludentes de desenvolvimento rural. Como sugere Almeida (2003), a força do termo agroecologia está justamente no seu caráter abrangente, aberto e aglutinador. Mas, além de não restringi-lo à imposição de um paradigma único, é preciso incentivar a criação de espaços de diálogo que permitam a este movimento se abrir ainda mais à diferença e a modos de pensar outra agricultura e outro rural de forma plural e não dogmática.

Dito isso, um programa nacional de extensão rural deveria, antes de tudo, reconhecer de pronto que se trata de ações de intervenção deliberadas pensadas algures e alhures do universo social onde serão postas em prática. Não há, com o arranjo institucional atual, como ser diferente. Ainda que necessário e mesmo com as boas intenções dos que desejam “dividir poder”, ao menos no médio prazo esforços mais amplos de discutir políticas de extensão rural não tem como se efetivar de modo horizontal, pois as esferas decisórias já se acham previamente hierarquizadas. Os debates pré-PNATER, por exemplo, se partiram de instâncias locais (onde agentes “menos favorecidos” estavam presentes), avançaram até que um pequeno grupo (que não representa nem de longe a diversidade social rural) se reuniu, debateu entre si, fez escolhas e tomou decisões.

Como se trata de modificar o mundo em que vivem destinatários de ações de extensão, é preciso dizer, franca e honestamente, que o que virá pode não se revelar tão otimista e aceitar, como intrínseco a propostas (agroecológicas ou não) de desenvolvimento rural, que elas têm suas limitações. Como não se trata de salvar ninguém, políticas de extensão devem ser vistas a partir de uma leitura não resignada com o que em princípio parece ser a solução definitiva. E, se ter utopias e paixões continua sendo imprescindível (pois é o que nos move no mundo e motiva a mudá-lo), por mais belas e irresistíveis que pareçam, que não se tente impô-las a quem não compartilha dos mesmo horizontes.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. In.: **Ensaios FEE**. V. 24, n. 2, p. 499-520. Porto Alegre: 2003.

AUSTIN, John L. **How to do Things with words**. New York: Oxford University Press, 1965.

BARRETTO FILHO, Henyo. Os predicados do desenvolvimento e a noção de autoctonia. In.: **Tellus**. Ano 6, n. 10, p. 11-21. Campo Grande: 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF: SAF; Dater, 2004.

BRASIL. **Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Lei nº12.188/2010. Brasília: 2010.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CAPORAL. F. R. Lei de Ater: exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Vol.4, nº1. Porto Alegre: Ago/Dez, 2011.

_____. **Agroecologia não é um tipo de agricultura alternativa**. Disponível em <http://www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/0730211685.pdf> - acessado em 12/05/2009.

_____. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: FAKEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. (Org.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Brasília: Embrapa, 2008, v. 1, p. 895-929.

_____. Política Nacional de Ater: Primeiros passos de implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In: Jorge Tavares; Ladjane Ramos. (Org.). **Assistência Técnica e**

Extensão Rural - Construindo o conhecimento Agroecológico. Manaus: Bagaço, 2006, v. 1, p. 9-34.

_____. **Bases para uma Nova Ater pública.** Santa Maria: UFSM, 2003.

_____. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público.** Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Santa Maria: UFSM, 1991.

CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: Hugo Vela. (Org.). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul.** Santa Maria: Ed Pallotti, 2003, v. 1, p. 157-194.

_____. Construindo uma Nova Extensão Rural no Rio Grande do Sul. In.: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.** Porto Alegre, v. 3, n. 4, p. 10-15, 2002.

_____. Agroecologia. Enfoque científico e estratégico. In.: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.** V.3, n.2, abr/jun. Porto Alegre: 2002b.

_____. Agroecology and sustainability: a conceptual basis for a new rural extension. In: **X World Congress of Rural Sociology,** Rio de Janeiro : ISRA, 2000. p. 251-251.

CAPORAL, F. R. e RAMOS. L. F. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável. In.: MONTEIRO, D. C.; MONTEIRO, M. A (Org). **Agricultura Desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão rural.** Belém, UFPA: NAEA, 2006, p. 27-50.

COSTA GOMES, J. C. Ciência agroecológica e sua aplicação na conquista da soberania alimentar. In.: CANUTTO, J. C. e COSTABEBER, J. A. (Orgs). **Agroecologia: conquistando a soberania alimentar.** Porto Alegre: Emater/RS; Pelotas: Embrapa, 2004.

DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; GARCIA, J. Por que a “nova ater” não sai do papel ?uma análise da visão dos alunos do projeto residência agrária. In.: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.** Londrina/PR: UEL, 2007.

FONSECA, Maria T. L. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Discurso e veritã nella Grecia antica**. Edizione italiana a cura di Adelina Galeotti. Roma: Donzelli editore, 1997.

FIÚZA *et. al.*. A politização da agroecologia: uma reflexão crítica. In.: **Revista Oikos**. V.18, n.2, p. 22-28. Viçosa, 2007.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GERHARDT, C. e Almeida, J. Extensão rural no processo de transformação da agricultura e busca de alternativas ao desenvolvimento rural. In: **X Salão De Iniciação Científica Da Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul**. Anais. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos breve século xx**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

LAFORGA, G e VIEIRA, A. O. Ação extensionista da Empaer frente à nova Pnater: uma análise a partir do Assentamento Guapirama, Campo Novo do Parecis – MT. In.: **Congresso da SOBER**. Rio Branco: 2008.

LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.

MILANEZ, Bruno e SANTOS, Rodrigo Salles. **Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda?** In: 37º Encontro Anual da ANPOCS. Águas de Lindóia: 2013.

NEVES, D. P. As políticas agrícolas e a construção do produtor moderno. In.: **Cadernos Difusão Tecnológica**, V. 4; n.3 – p.343-367. Brasília, 1987.

NORGAARD, R.; SIKOR, T. Metodologia e prática da agroecologia. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: base científica para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.

OLIVEIRA, V. L. O poder disciplinador do discurso ecologista. **Anais**. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS). Recife: UFPE, 2007.

_____. **A impossível simetria: distinção, interdependência e poder na relação entre agricultores ecologistas e mediadores sociais**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PGDR-UFRGS, 2004.

RAMOS, A. Política nacional de assistência técnica e extensão rural no Brasil: avanços e desafios. In.: **VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**. Quito:2006.

RAMOS, J. R. Extensão oficial no Brasil: avaliação diagnóstica. O caso do Nordeste. In.: **VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**. Quito: 2006.

SOUZA, P. M. **Extensão rural**. Campos dos Goytacazes/RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense – CCTA, 2005.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e Conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.